



OBSERVATORIO LABORAL DE LAS AMÉRICAS



Ficha do país Uruguai

2021



Extensão territorial:

176.215 km²



População último censo oficial de 2011:

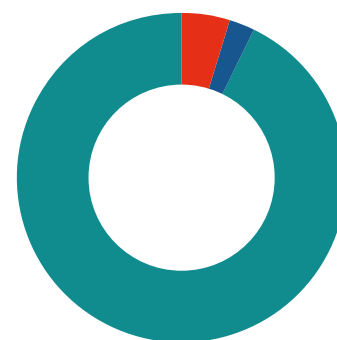
3.286.314 pessoas¹



População estimada em 2021:

3'485,152 pessoas

Composição da população:



No censo de 2011, **4,8%** se identificaram como pretos e pardos; **2,4%** como indígenas; e **90,7%** como brancos (censo 2011)



População Economicamente Ativa:

(outubro de 2021)
1'791.000 pessoas



Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

53,63 bilhões de dólares²



PIB 2021:

PIB 2021: No terceiro trimestre, foi registrado um aumento de 5,9% em relação ao terceiro trimestre de 2020³

51,7% ♀ **48,3%** ♂

Até 2020 calcula-se que as mulheres sejam em média 51,7% e os homens 48,3%.

¹ As estatísticas aqui registradas foram obtidas principalmente através do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do Uruguai, através dos relatórios semestrais sobre 2020 e 2021 disponibilizados pela instituição.

² <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=ury&lang=es> [Disponível em espanhol]

³ <https://www.bcu.gub.uy/Estadisticas-e-Indicadores/Paginas/Ultimo-informe-disponible.aspx>



Análise da situação socioeconômica

Emprego.

A taxa de emprego em outubro de 2021 era de 56,8% (1.648.000 pessoas). Embora a taxa de emprego tenha crescido 2,3 pontos percentuais (pp) em relação a outubro de 2020 (54,5%), ela não conseguiu alcançar os números de outubro de 2019, antes da pandemia (57,4%).

População não Economicamente Ativa.

Em janeiro de 2021 correspondia a 1.107.000 personas.

Informalidade.

Em outubro de 2021, 367.504 pessoas trabalharam informalmente, com um aumento de 0,7 pp em comparação com o mesmo mês do ano anterior ⁴

Desemprego.

No mês de outubro de 2021, a taxa de desemprego foi de 8% (143.000 pessoas), o que representou uma redução de 3,2 pp em comparação com o ano anterior. Na análise por sexo, a taxa de desemprego das mulheres (9,2%) em outubro era 2,3 pp mais alta do que a dos homens (6,9%).

Pobreza.

0,2% da população estava vivendo na pobreza durante o primeiro semestre de 2021, o que representa uma redução de 1,4 pp. na comparação interanual. Por outro lado, 0,2% da população estava abaixo da linha da pobreza.

⁴ https://www.observatorioseguridadsocial.org.uy/images/12_2021_Monitor_Laboral.pdf
[Disponível em espanhol]



Temas de destaque da conjuntura de 2021

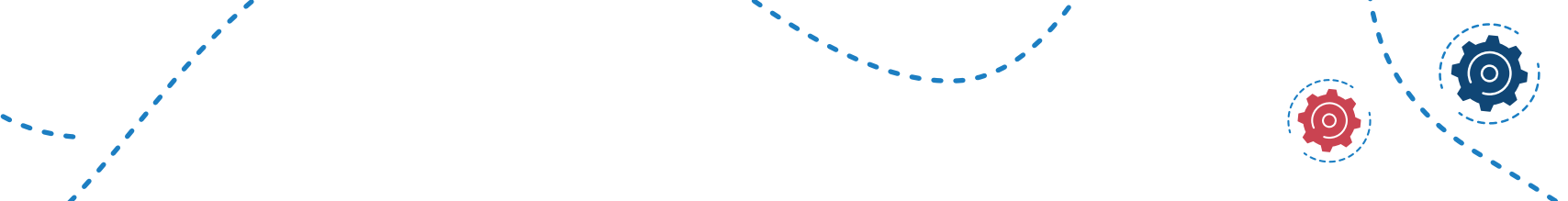
Em 8 de julho de 2021, a Comissão Nacional Pró-Referendo apresentou 797.261 assinaturas ao Tribunal Eleitoral, o suficiente para a realização de um plebiscito em março de 2022 com o objetivo de revogar 135 artigos da Lei de Urgente Consideração (LUC). A lei foi aprovada no Parlamento em 2020 e é considerada a principal iniciativa legislativa utilizada pelo governo de Luis Lacalle Pou para reverter as políticas adotadas pela Frente Ampla durante 15 anos de governo.

Os setores sociais e políticos que compõem a Comissão Nacional⁵ apontam que 135 dos 476 artigos da LUC estabelecem um modelo que representa um retrocesso para o país em termos da participação do Estado na garantia dos direitos fundamentais. Esses artigos propõem reformas nas áreas de educação, relações trabalhistas, segurança, economia e habitação. No campo da educação,

existe a preocupação com a falta de financiamento do ensino público, permitindo o fortalecimento do ensino privado; uma das medidas mais impactantes é a redução de 20.000 horas letivas no ensino médio.

Na área da segurança, a LUC flexibilizou o porte de armas, aumentou as penas para alguns crimes cometidos por adolescentes e concedeu à polícia e aos militares o pleno poder de realizar abordagens policiais sem mandado, o que resultou no aumento da repressão policial e de processos com a acusação de "desacato à autoridade policial", algo que passou a ser considerado um crime desde que a lei foi aprovada.

⁵ Extraído da Radio Mundo Real: A Comissão Nacional Pró-Referendo tem o apoio de mais de 100 organizações, incluindo a PIT-CNT, a FEUU, a Frente Ampla, a Federação Uruguaia de Cooperativas Habitacionais de Ajuda Mútua (FUCVAM), a Intersocial Feminista, REDES AT Uruguai, entre outras.



O ano de 2021 também foi marcado por mobilizações contra outras políticas de *Lacalle Pou*, incluindo a mobilização de trabalhadores/as rurais que se opuseram à falta de financiamento do Instituto Nacional de Colonização (INC), que visa desviar os recursos para a regularização e realocação de assentamentos; estas medidas, ao reduzir o orçamento do INC em 50%, colocam em risco a redistribuição e o acesso equitativo à terra por parte das organizações de produção familiar e dos assalariados rurais e, em geral, ameaçam as políticas de desenvolvimento rural.

O governo está sendo cobrado para tomar mais medidas no enfrentamento ao desemprego e à pobreza, pois, embora tenham melhorado ligeiramente em 2021, não atingiram os níveis anteriores à pandemia. Por outro lado, os indicadores para medir a pobreza monetária ocultam outras variáveis, como o acesso à educação, à saúde e ao emprego formal, que têm impacto no padrão de vida das pessoas; estima-se que nesse ano houve um aumento de 16% no número da população em situação de rua.



Ações e denúncias sindicais e de outros setores sociais

O movimento sindical denuncia que a LUC restringe o direito à greve, afetando a liberdade sindical e legitimando a criminalização da mobilização social.

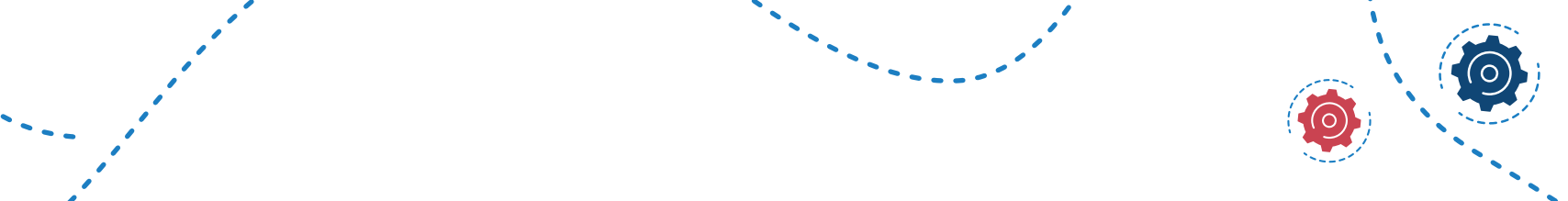
O movimento sindical uruguaio se mobilizou para rechaçar a repressão desmedida exercida pela força policial em dezembro de 2021 contra a União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Transportes (UNOTT), que se mobilizava por reajuste salarial e para exigir que seus direitos trabalhistas fossem garantidos.

A Federação dos Trabalhadores da Indústria da Carne (FOICA) denunciou ações discriminatórias da multinacional Marfrig, que entregou 25.000 pesos uruguaios aos trabalhadores e às trabalhadoras que não adotaram medidas sindi-

cais nas Comissões de Negociação Salarial. Para a FOICA, isso representa um ataque à organização sindical, através da distribuição de contrapartidas de forma discriminatória. As denúncias alertam para o fato de que este tipo de ação vem ocorrendo desde que o atual governo tomou posse, por ver com bons olhos as tentativas de favorecimento de trabalhadores e trabalhadoras não sindicalizados/as, gerando, assim, divisões e discriminação.

Por outro lado, a Associação de Bancários do Uruguai (AEBU) convocou uma greve no dia 28 de dezembro como resultado das reiteradas tentativas do governo de diminuir os salários dos bancários estatais. A denúncia das tentativas do governo de agir contra os direitos das e dos trabalhadores ban-





cários foi acompanhada pela convocatória de uma Plenária Nacional de Delegados/as do Setor Bancário Oficial para organizar ações de luta durante as negociações com o Executivo.

O movimento feminista uruguaio tem denunciado as tentativas do atual governo de fazer mudanças no processo de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE, na sigla em espanhol), o que poderia resultar no descumprimento da lei que aprovou a interrupção da gravidez em 2012. Para o feminismo, as declarações do presidente Lacalle Pou, nas quais ele apontou que o Uruguai deve ter uma forte proteção para os nascituros, com uma

política de desestímulo dos abortos, assim como declarações públicas do presidente da Administração dos Serviços de Saúde do Estado (ASSE), Leonardo Cipriani, apontando que ocorrerá uma revisão dos processos de aborto para assegurar que as equipes interdisciplinares que atendem as mulheres que desejam abortar não estejam agindo de forma automatizada, colocam em risco o efetivo cumprimento do direito conquistado pela luta das mulheres e de diferentes setores sociais.

Propostas e iniciativas sindicais

Em 2021, foi realizado o XIV Congresso da PIT-CTN, a central única do Uruguai e parceira da CSA, onde foram definidas as principais diretrizes para os próximos anos e eleitas suas novas autoridades. Como mencionado nos temas destaques da conjuntura de 2021, uma das propostas mais importantes do movimento sindical uruguaio é o processo de referendo para enfrentar as ameaças aos direitos das/os trabalhadoras/es e da sociedade em geral representadas na LUC. Embora o processo não seja realizado exclusivamente pela PIT-CNT, o sindicalismo tem desempenhado um papel absolutamente fundamental no processo de mobilização e informação para o referendo, como em outros processos com características similares na história do Uruguai.

Outra questão a ser destacada é a luta contra a reforma da previdência social proposta pelo governo, que é considerada parte da ofensiva antipopular, com mudanças regressivas de caráter neoliberal.

Para a central sindical, a seguridade social é um direito humano fundamental que se baseia nos princípios de solidariedade, universalidade, integralidade e co-gestão. Com base nessas convicções e princípios, foi decidido que seria estruturado um plano de ação para enfrentar a reforma promovida pelo governo uruguaio através do acúmulo de forças com organizações sociais e políticas, dentro de um marco amplo de mobilização social.

Entre as propostas que vêm do Congresso, ressalta-se o desafio de defender o trabalho e a negociação coletiva em um contexto de ataque por parte do governo direitista, bem como a importância de convocar um novo congresso popular, no qual as organizações populares participem, e de pensar conjuntamente em um programa de transformações com trabalho de qualidade, direitos humanos e distribuição de riqueza.



SECRETARIADO EXECUTIVO CSA

Fred Redmond - **Presidente**

Francisca Jiménez - **Vice-Presidente**

Toni Moore - **Vice-Presidente**

Rafael Freire Neto - **Secretário Geral**

Jordania Ureña Lora - **Secretária de Políticas Sociais**

Cícero Pereira da Silva - **Secretário de Formação e Educação Sindical**

Bárbara Figueroa - **Secretária de Desenvolvimento Sustentável**

Conteúdo e Escrita - Danilo Urrea

Revisão e Edição - Equipe CSA

Tradução - Luiza Mançano

Design gráfico e layout - Gervasio Della Ratta

